

SESSÕES DO PLENÁRIO

39ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 6 de agosto de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial para apresentação do relatório das barragens visitadas na Bahia pela Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa da Bahia, proposta pelo deputado José de Arimateia.

Antes de mais nada, quero dar o meu bom dia a todas e a todos aqui presentes, externar a nossa satisfação e a nossa alegria em recebê-los.

Convidar para compor a mesa: o Sr. Proponente da sessão, o deputado José de Arimateia; a Sr.^a Coordenadora de Segurança de Barragens do Inema, Maria Quitéria; o Sr. Coordenador do DNOCS-BA, Lucas Maciel Lobão Vieira; o Sr. Diretor de Fiscalização do Inema, Marcos Machado; o Sr. Diretor de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Cerb, Gilvan dos Santos Lima; a Sr.^a Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Larissa Cayres; o Sr. Supervisor de Segurança de Barragens da Embasa, Lúcio Landim; o Sr. Diretor de Operações da Cetrel, Demosthenes Carvalho, que neste ato representa o presidente Luís Mário Chaves; o Sr. Chefe de Segurança das Barragens de Mineração da Bahia, Juliano Barbosa dos Santos; o Sr. Coordenador Nacional do Movimento Atingidos por Barragens, Moisés Borges; o Sr. Coordenador do Grupo de Segurança de Barragens da Codevasf, Emílio de Souza Santos. (Palmas)

Convido todos os presentes para ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Queria registrar a presença dos deputados Jacó Lula da Silva, Laerte do Vando, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Tiago Correia e Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu aproveito agora para conceder a palavra ao nosso querido proponente da sessão especial, o deputado José de Arimateia, que vai trazer a apresentação do relatório das barragens visitadas pela comissão.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Bom dia a todos e todas.

Graças a Deus, eu gostaria de agradecer primeiro a Deus, porque foi ele que nos deu forças para que nós pudéssemos estar aqui, nesta manhã, para apresentar também esse relatório; foi ele que nos deu forças para percorrer mais de 9 mil quilômetros no estado da Bahia, para visitar 13 barragens, além daquilo que estava determinado no relatório da ANA, porque o relatório da ANA determina que foram 10 as de risco na

Bahia. Então, por tudo isso eu agradeço a Deus, porque ele nos livrou dos acidentes nas madrugadas em que viajamos e hoje estamos aqui.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Nelson Leal, quero aqui agradecer a V. Ex.^a, porque quando eu terminei de fazer o relatório das barragens, quando eu fui no seu gabinete dizer que ia trazer o relatório e iria fazer uma sessão especial na própria Comissão de Meio Ambiente, V. Ex.^a se dispôs a que, devido à abrangência, à importância do tema e também à preocupação de V. Ex.^a como parlamentar, como dos demais parlamentares também, fosse apresentado aqui no plenário desta Casa.

Então, agradeço a V. Ex.^a, porque teve essa iniciativa fundamental de estarmos aqui. Sr. Diretor de Fiscalização do Inema, Marcos Machado; Sr. Coordenador do Dnocs Bahia, Lucas Maciel Lobão Vieira; Sr.^a Coordenadora de Segurança de Barragem do Inema, Maria Quitéria, obrigado por estar aqui representando a presidente do Inema; Sr. Coordenador do Grupo de Segurança de Barragem da Codevasf, Emílio de Souza Santos; Sr. Coordenador Nacional de Movimentos Atingidos por Barragens, Moisés Borges. Inclusive Moisés esteve na Comissão de Meio Ambiente apresentando um relatório das barragens e das pessoas atingidas pelos rompimentos das barragens no estado da Bahia.

Sr. Chefe de Segurança das Barragens de Mineração da ANM, Agência Nacional de Mineração, Juliano Barbosa dos Santos; Sr. Diretor de Operações da Cetrel, Demosthenes Carvalho, que neste ato representa o presidente Luís Mário Chaves. Inclusive eu quero aqui abrir um parêntese, dizer que as duas barragens RS1 e RS2 da Cetrel, foram as primeiras a serem visitadas, o que está no relatório. Quero aqui parabenizar a instituição pela organização, pela preocupação com o que foi apresentado aos deputados da Comissão de Meio Ambiente, a Cetrel é um exemplo da questão ambiental em nível de Bahia e em nível de Brasil. Obrigado pela presença de vocês.

Sr. Supervisor de Segurança de Barragem da Embasa, Lúcio Landim; Sr.^a Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente, da Sema, Larissa Cayres; Sr. Diretor de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Cerb, o engenheiro Gilvan dos Santos Lima.

Quero aqui agradecer aos deputados da Comissão que estiveram presentes nessa caminhada, claro que nem todos puderam ir, mas alguns deputados mandaram seus assessores. Agradecer também à deputada Maria del Carmen que não faz parte da comissão, mas também esteve presente e outros deputados.

Sr. Presidente, eu queria a atenção de vocês, porque nós vamos colocar aqui como foi a visita dessas 13 barragens inspecionadas aqui no estado da Bahia.

Está aí a relação das barragens que foram visitadas. Nós percorremos, como eu já falei, 9.180 quilômetros para chegar a essas barragens, inclusive eu coloquei também as cidades de Pedro Alexandre e Coronel João Sá que nós visitamos naquele momento que vocês vão ver na apresentação.

Primeiro, temos que entender as três classificações das barragens quanto ao risco de rompimento. Está aí o nível 1, que são pequenos problemas que podem ser solucionados com rápida manutenção, exemplo: excesso de vegetação, necessidade de

lubrificação do sistema geométrico. Nível 2: exige manutenção na estrutura, mas sem risco iminente, exemplo: fissuras no talude e início de danos no vertedor. E o nível 3 que apresenta danos estruturais graves, exemplos: rachaduras, erosões no talude, no vertedor, sistema geomecânico seriamente comprometido e encontra-se no limite da capacidade de armazenamento. Eu estou mostrando isso aqui, porque nós vamos colocar em qual nível essas 13 barragens estão hoje.

Na foto está a barragem RS1, no Polo de Camaçari, que visitamos. Aí está o nosso amigo diretor ao lado da deputada Maria del Carmen. Pode passar.

Aí estão os deputados que estiveram presentes na RS1 e RS2, como também o deputado Niltinho, que eu não falei aqui há pouco, mas está ali no relatório da comissão. Ele é titular da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, inclusive, nessa visita nós tivemos o privilégio da companhia dele, porque tem tudo a ver com a questão da infraestrutura. Pode passar.

Foto da direção da RS1 e da RS2, da Cetrel, o Luís Mário Chaves e o Luciano Fiuza, Demosthenes, Daiane, responsáveis por saúde e meio ambiente, Mauro Salatiel, responsável por águas, Mauro, responsável pelos reservatórios e José de Anchieta da engenharia. Toda a equipe da Cetrel nos atendeu muito bem. Pode passar.

Nós saímos da Assembleia para a Cetrel 1 e Cetrel 2, em Camaçari. Foram as duas barragens que nós visitamos. Pode passar.

Mostrando os dados técnicos. A barragem RS1 tem a capacidade de 200 mil metros cúbicos de água, profundidade máxima de 12 metros, apresenta folga de segurança de mais de 2 metros. A RS2 tem 33 mil metros cúbicos de capacidade de armazenamento de água e profundidade de 4,65 metros. As informações da inspeção: a integridade do maciço é considerada boa, em função da manutenção feita pela empresa, a capacidade de armazenamento é com reservatórios considerados pequenos, aliado ao fato de possuir a altura do maciço inferior a 15 metros, conforme a Lei Federal 12.334/2010, a lei de segurança de barragens. Então, os considera passíveis de enquadramento como barragens de baixo risco. Pode passar.

Ainda na Cetrel, na capacidade de extravasamento não há vertedores, mas um robusto sistema de bombeamento recalque, que poderá ser usado em caso de chuvas muito superiores, que são as águas que ela recebe. Nos regimes de cheia a capacidade de extravasamento está associada à eficácia do funcionamento desse sistema de recalque e ao monitoramento em relação à capacidade de armazenamento e regime pluviométrico, onde a alimentação é exclusivamente com águas de chuva e o monitoramento é mais simples. Pode passar.

Conclusão das barragens RS1 e RS2: considerando que os reservatórios de segurança de armazenamento de água para o uso em caso de incêndio RS1 e RS2, administrado pela Cetrel, são de baixa capacidade de armazenamento, passaram por manutenção, possuem um robusto sistema de recalque e são constantemente monitoradas, afirma-se que são de baixo risco, não oferecendo perigo ao polo e nem à população de Camaçari. Aí está o nível em que ela está. Gostaria de dizer que eles atenderam às normas, aquilo que a ANA pontuou a Cetrel já cumpriu, no dia que nós visitamos já tinha sido feito o serviço.

Bem, agora vamos para a barragem de Afligidos em São Gonçalo dos Campos. Vocês podem perceber aí na foto, começando aqui em baixo, a barragem vai lá na frente, é uma barragem pequena. A equipe que esteve presente na barragem de Afligidos: o representante da Cerb, porque é de responsabilidade da Cerb, que é um órgão do governo do estado, o engenheiro Gilvan esteve lá, que é o diretor de recursos hídricos; os engenheiros Pedro Fabiano e Luciano Calmon, ambos do Departamento de Meio Ambiente e Barragens; representando o município, o presidente da Câmara Municipal, vereador Joca; o vereador e radialista André Silva; o presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o advogado Antônio Carlos Machado. Pode passar.

A barragem de Afligidos tem baixa capacidade de armazenamento, aproximadamente 30 mil metros cúbicos com profundidade máxima de 2,5 metros. Função: lazer e abastecimento humano e animal. As informações da inspeção: barragem de baixo risco, não se encontra caracterizada na lei federal 12.334/2010, lei de segurança de barragem, com a altura do maciço inferior a 15 metros.

Eu queria que vocês lembrassem desse quadro aí, porque nós vamos ter aqui, vamos fazer uma comparação com o que nós nos deparamos lá em Tabua II. Observe bem esse relatório, mais na frente vou trazer essa memória de vocês. Olhe o tamanho da barragem, já está mostrando que é uma barragem pequena e está no relatório da ANA, com a altura do maciço inferior a 15 m.

Barragem de Afligidos. Recomposição de revestimento que precisa ser feita, limpeza do extravasador. Isso aí é o que está no relatório da ANA. A manutenção não abrange melhorias na área de lazer em volta da barragem, devendo essa parte caber à prefeitura.

Conclusão: a barragem de Afligidos não oferece perigo, sua estrutura interna está intacta. A manutenção a ser feita se refere ao revestimento para evitar infiltrações, mas estas ainda não existem de fato, devido à sua baixa capacidade de armazenamento aliada a sua posição geográfica, onde as moradias ajuzantes se situam em platôs bem acima do fluxo do rio. Não há perigo dessas águas atingirem pessoas.

Na foto está a barragem, aí está a reunião que nós tivemos lá. Por exemplo: água tratada, esgotamento sanitário, coleta de resíduos e transportes para estradas são as demandas locais que as pessoas falaram lá naquele momento. Pode passar.

Tem as outras demandas que surgiram lá. Você vê que o relatório que a ANA passou, que recebeu no Inema, mostrou uma coisa totalmente diferente da realidade. Lá os problemas maiores são esses daí, mais do que a própria barragem, mas mesmo assim nós cumprimos a nossa obrigação, visitamos a barragem. Está aí, a falta de água potável em São Gonçalo, além do assunto da barragem, foi dita pelos moradores locais e corroborada pelos vereadores presentes, porque embora o povoado de Afligidos seja bem servido por águas, tanto dos seus córregos como pelo abastecimento da Embasa, tanto na área urbana como nas áreas rurais, a população de São Gonçalo sofre com a falta de água potável. Segundo o presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Gonçalo, também integrando o Conselho Gestor da Bacia do Paraguaçu, existem recursos ainda do PAC no valor de R\$ 450 milhões para serem aplicados no

sistema de abastecimento de toda a região metropolitana de Feira de Santana, englobando os diversos municípios próximos.

Como resolver o desabastecimento de água potável em São Gonçalo? É importante o esforço dos parlamentares, de vereadores, deputados estaduais, federais, no sentido de garantir a chegada e uso desses recursos para sanar a deficiência no abastecimento dessa população.

Aí está o nível da barragem, nível 1, onde também não foi feito ainda o serviço necessário.

Vamos agora para a Barragem de Poço Grande, lá em Araci. Está no relatório da ANA, é de responsabilidade do DNOCS essa barragem. Estão aí as duas fotos, vocês podem ver como está o talude da barragem, vocês podem ver aí do lado esquerdo.

Os deputados presentes eram José de Arimateia, Aderbal; vereador Jeferson; o presidente da Câmara estava presente; o presidente da Comissão do Meio Ambiente; o vereador licenciado Luís de Sousa; vereador Manoel Bernardino, presidente da Comissão de Obras, licenciado também; o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, vereador José Augusto; vereador Léo; os engenheiros civis da prefeitura João Paulo e Alisson. Pode passar.

Dados técnicos: perímetro de 56.546 metros. É uma área de 866 hectares. Sua capacidade de armazenamento corresponde a 65 milhões de metros cúbicos, sendo seu volume atual de 49 milhões.

Informações da inspeção: grande importância para a economia local, servindo para a piscicultura, carcinicultura, pequenas irrigações e lazer. Há um determinado teor de sais na água, que impede seu uso prolongado na irrigação e não apresenta potabilidade.

Urge manutenção para o combate à erosão no talude da crista. Está aí, a expressão nós encontramos isso aí. Foram constatadas duas fissuras, vocês vão ver na frente.

Olhe aí as fissuras que estão no talude. As fissuras. Nós mostramos essas duas fotos. Isso é preocupante, sobre a crista estarem essas fissuras. A profundidade não deu para a gente medir, porque nós não temos esse aparelho técnico que tem. Mas pelo tempo, segundo os próprios moradores e os vereadores, é preocupante.

Ela está na avaliação técnica, na barragem de risco nível 2, apresenta fissuras. Os recursos podem chegar através das emendas dos parlamentares, porque o próprio DNOCS, quando eu estive lá em Fortaleza, disse que não tem recursos, disse que se não tiver um apoio dos deputados federais, essa manutenção vai se prolongar. Não tem como fazer. Inclusive esse valor aí do orçamento, se for fazer agora, é bem maior.

Agora vamos para a Barragem de Pinhões. Inclusive eu quero agradecer aqui o apoio do deputado Zó, que esteve lá com a gente na Barragem de Pinhões, em Juazeiro. Está aí: visita da Barragem de Pinhões, da responsabilidade do DNOCS. Aí nós estávamos no vertedouro, que é o sangrador, que é como se chama essa parte aí.

Olhe aí. No dia que fomos lá, a água estava já começando a chegar no vertedouro, quando na visita da Barragem de Pinhões. Estavam presentes aí os deputados Laerte

do Vando, deputado Zó, deputado Tum, Robenilson Carvalho, engenheiro civil do DNOCS, Alex Tanuri, presidente da Câmara de Juazeiro, o secretário municipal do meio ambiente, Jadson Barros, vereador Fabinho, vereador Rosivaldo, vereador Loiola, também presentes.

Aí está a marcação que tem lá. Você vê que o nível ainda não está com 5.400 metros de comprimento e uma capacidade máxima de armazenamento de 15 milhões de metros cúbicos, 215 mil metros cúbicos de água. A Barragem de Pinhões, concluída em 1965, é um equipamento de uso múltiplo, servindo para dessedentação animal, pesca, piscicultura, irrigação e lazer com forte impacto na economia de Juazeiro e Curaçá. Em função das chuvas que caíram sobre a região, nos últimos meses, e no dia 14 de abril, uma chuva de 15 milímetros, o reservatório se apresenta em sua capacidade plena, tendo atingido a sua cota máxima de número 395 e ocorrendo no início da saída da água pelo vertedouro. Aí está.

Durante a inspeção foram identificadas restrições ao barramento de Pinhões. As estruturas – como os pilares da sustentação e ao barramento propriamente dito – não apresentam problemas que possam ser identificados com o exame clínico. O que se verifica é um excesso de vegetação no talude, a montante, que dificulta a identificação de erosão. Isso é preocupante. Mas ainda assim nada que chame a atenção. Está no nível 1.

Aí, de lá, nós fomos visitar a barragem de rejeitos, que não estava no relatório. Por isso que acrescentamos essa daí, porque fomos lá, a convite do próprio deputado Zó e dos demais, na Mineração Caraíba.

Laerte também estava lá; Paulo Roberto, consultor de geologia de Caraíbas; Luiz Eduardo, geólogo responsável pelo setor de ambiente – aí foram os representantes –; gerente de sustentabilidade, André Germano, o responsável pela segurança. Bem, essa é outra empresa que também é toda monitorada, equipada com os engenheiros e também aparelhos técnicos.

Aí está a vista aérea. Essa parte branca é a barragem de rejeitos, que está isolada, não funciona mais. Com a nova tecnologia que eles implantaram lá, não usam essa barragem. Essa parte mais azul são alguns... como se fosse um rio, ao lado direito e ao lado esquerdo.

A parte de rejeitos é essa daí. Podem ver, essa parte aí não está mais funcionando.

O Lago do Riacho das Pedras, que é lá, que é esse rio que nós vimos, é o lago do riacho, que tem lá, ao lado direito e ao lado esquerdo.

Aí agora vamos para a Barragem do Apertado, lá em Mucugê. Estou mostrando assim para vocês sentirem a importância e verem de perto assim, porque isso aí são imagens reais que vocês estão vendo aí. Mucugê, o nosso amigo deputado Marquinho Viana estava lá, nos levou. Estivemos na câmara de vereadores. Olha como ela está baixo o volume da água. Está vendo essa margem amarela na parede? O normal dela, quando ela está cheia, chega até ali. Olha aí como é que está! Lá em Mucugê, a Barragem do Apertado. Então, o volume de água... Está aí o pessoal que nos recebeu: o vereador Gilmar, presidente da câmara; a vereadora Núbia, membro da Comissão de Meio Ambiente da Câmara; vereador e técnico agrícola Manoel Francisco; Gilvan

Lima, diretor de recursos hídricos da Cerb – Gilvan estava lá –; Gleison, supervisor da Cerb; Tiago Profeta, secretário municipal de Agricultura; Euvaldo, secretário municipal de Meio Ambiente; Sr. Tácio Matos, ex-prefeito por diversos mandatos. Um senhor de 91 anos, hein? Mas ele estava lá. Mesmo com um solzão, mas ele foi com a gente lá na barragem; Isa Paraguaçu, representando a Fazenda Dois Irmãos; Bernadete Santos, moradora, voluntária com experiência em associativismo.

Estão aí os dados técnicos: em função do período da chuva, a barragem... olha o volume de água, como diminuiu bastante lá. As fissuras, as erosões, a presença... nessa ainda não foram feitos os reparos. Segundo a Cerb, já tem o orçamento, mas ainda não começou. Pelo menos até quando a gente visitou lá. Estou falando até o dia que a gente visitou. Daqui a pouco, a Cerb vai falar.

A Barragem do Apertado: está aí, não foi constado risco de integridade do barramento. Ela está avaliada no nível 1. Baixo volume acumulado em função de falta de chuva e uso intensivo das águas para irrigação. A cota máxima considerada crista da barragem é a cota de 1.024 e a cota máxima de armazenamento considerada “extravasou” é de 1.017. Ou seja, a folga para evitar água por sobre a crista é de 7 metros de altura, sendo suficiente para garantir a saída das águas em caso de fortes chuvas.

Agora vamos para a Barragem de Luiz Vieira, em Rio de Contas.

Aí está a nossa visita! Lá está o nosso amigo Pedrão, não sei se ele está aí, engenheiro do DNOCS. Está aí, o representante do DNOCS? Pedrão não veio, não, não é? Mas ele acompanhou a gente. Está lá.

Olhem o nível da Barragem de Luiz Vieira, em Rio de Contas, bem baixo.

O acesso lá, por onde nós passamos, para vocês verem a dificuldade que nós enfrentamos, estrada de difícil acesso na maioria das barragens.

Aí estão os deputados que estavam presentes, José de Arimateia... O prefeito Cristiano Cardoso, que nos recebeu muito bem, com o presidente da Câmara; vereador Luciano Pierote; o secretário municipal de Meio Ambiente, Nilo Moreira; vereador e advogado Vinicius Costa; Leandro, assessor do vereador Vinicius; Marinaldo; Caires; Edmundo, assessor jurídico da Câmara; Pedro Antônio, representante do DNOCS, que é o Pedrão.

Aí está o relatório, são dados técnicos, eu não vou me aprofundar por causa do tempo. Está aí: capacidade para 99 milhões de metros cúbicos. A Barragem de Luiz Vieira está com um volume muito baixo, contando com apenas 24 milhões de metros cúbicos, é muito baixo. A estiagem fez com que o projeto Brumado adotasse medidas para economizar água, de modo que dos 5 mil hectares do projeto, apenas 3.800 hectares são irrigados. Ainda assim, trata-se de uma irrigação de salvamento. Ou seja, apenas uma vez por semana, para garantir a sobrevivência das culturas, e no mínimo, de produção irrigada.

Aí também está o nível do risco: nível 2. Como vocês viram no início, ela precisa realmente de manutenção. É o mesmo caso da Barragem do Apertado, em Mucugê. Como o volume acumulado está muito baixo, a Barragem de Luiz Vieira não apresenta

risco, mas precisa, sim, da manutenção. A questão climática só Deus é que pode controlar.

Nós encontramos esses problemas aí. No talude de jusante, olhem o tamanho das crateras que tem. Isso nós encontramos por quê? Porque nós fomos perto. Mas com a mata, o matagal que está sobre o talude, muitas das vezes a pessoa não vê o tamanho da cratera que tem. Aí é onde está o problema, porque a chuva começa a bater e aí, quando menos se espera, há um rompimento. Então trouxemos essa foto para mostrar para vocês.

Agora, vamos para Mirante, lá em Cipó. Não é Cipó ali perto de Tucano, não, viu?

Estamos terminando, espere ainda que a gente chega já.

Foi trabalho, pessoal, quase 10 mil quilômetros.

Aí, Marquinho Viana, estava lá presente.

Aí está o matagal que acabei de falar, visita à Barragem de Cipó, em Mirante, da Cerb.

Estão aí os que estavam lá representando a Cerb; vereador Geraldo Lucas; vereador Joelson – gosto de ler isso, porque eles nos receberam muito bem, os vereadores. E o ponto de encontro nosso sempre era na câmara de vereadores, porque a câmara representa o povo daquela cidade –; o vereador José Roberto; Moisés Seles, vice-prefeito que representa o prefeito, justificando a ausência por motivo de doença; Luiz Alberto, técnico da Cerb, estava presente; Clodoaldo Miranda, engenheiro civil da prefeitura; Wanderly Meira, secretário de infraestrutura; Antônio Novais, operador do sistema da Embasa.

A Barragem de Cipó: está aí, aproximadamente com 10 mil habitantes na cidade, localizada na região centro sul da Bahia, depende da Barragem de Cipó, localizada em apenas 1.200 metros. A Barragem de Cipó tem uma capacidade instalada de 450 mil metros cúbicos, encontra-se assoreada. Imagine, uma barragem que abastece a cidade – isso aí tenho que ler para vocês entenderem –, comprometendo sua capacidade de armazenamento, trata-se de uma barragem de acumulação de águas de chuvas, não há contribuição de nascente, córrego ou rio.

Então, é preocupante a situação para alimentar a população com o líquido precioso que é a água. Se depender só da Barragem está em risco toda a população.

O nível 1, a Barragem está praticamente vazia, não foi constatado risco de rompimento na Barragem de Cipó.

A Barragem de Santo Antônio e Tabua II. Aí vocês vão ver o que falei antes. Vou ler isso aí, porque precisa de uma reflexão do órgão fiscalizador aqui no estado da Bahia. Está aí, lá em Ibiassucê.

Nós estivemos na câmara, depois fomos para Tabua II, chegando em Tabua II.

Essa daí não é a Tabua II, essa daí é a Santo Antônio, que não está no relatório da ANA. Não sei como o Inema fez a avaliação dessa barragem, porque não está no relatório da ANA. Vocês vão ver aí.

Quem estava presente: a vereadora Maria de Lourdes; o vereador Nilton Antônio dos Santos; representante do DNOCS, o Sr. Pedro; Sebastião Neto, secretário municipal de administração e Gilmar Rocha, assessor do prefeito.

Se constatou durante a visita ao município que a barragem de maior importância é a de Santo Antônio e não a de Tabua II, apontada no relatório da ANA. Assim foram inspecionados os dois equipamentos: o de Santo Antônio atende à população de Ibiassucê e comunidades no entorno, são 12 mil pessoas.

Ressalta-se que a Barragem de Santo Antônio não consta na lista das barragens de risco da ANA. Aí vem: o primeiro problema identificado na Barragem de Santo Antônio, com a ajuda dos representantes locais, se traduz pelo assoreamento sofrido pelo reservatório, causado pela obra da implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que passou ao lado da barragem, cuja construção se encontra paralisada. A calha de drenagem do rio temporário intermitente, que em época chuvosa alimenta o reservatório, foi bloqueada pela obra da ferrovia. Então, isso é preocupante.

Eles botaram as manilhas na linha do trem pequenas. Então a água que vai para abastecer a Barragem de Santo Antônio não está chegando na barragem. Então, isso é grave! A manilha que botaram foi pequena para o volume de água que vem dos rios que desembocam na Barragem de Santo Antônio.

Os problemas atestados durante a inspeção estão aí: excesso de vegetação; reabertura do acesso que tem que ter; necessidade de operação de desassoreamento. A Barragem de Santo Antônio pode ser classificada como nível 2. Observem! Observem que quando eu falei de São Gonçalo... foi de São Gonçalo que eu falei? Parece que foi de Araçá, que estava no nível 1. E essa daí, no nível 2, não está no relatório.

Agora vamos para a que está no relatório, preste atenção! Como é que pode? Os problemas da Barragem de Tabua II, constatados na inspeção de 23 de maio: excesso de vegetação; continuidade da reforma do vertedor; manutenção de acesso; o vertedouro da Barragem de Tabua II está danificado, de modo que não há capacidade de armazenamento. Ou seja, pode acontecer, em caso de forte chuva, simplesmente da água correr normalmente pela calha de drenagem natural, situação bem diferente da Barragem de Santo Antônio, cuja estrutura encontra-se em condição de armazenamento de água, porém é difícil assegurar a integridade do barramento em função do excesso de vegetação existente, do longo tempo sem manutenção e da estiagem prolongada.

Aí, olha só a avaliação: avaliação 1. E como é que a de Santo Antonio, que é a avaliação 2, não está no relatório da ANA? Aí, com a resposta o Inema.

Como é que o Inema não bota uma barragem que é nível 2 no relatório para mandar para a ANA? A no nível 1, que não em nenhum risco, está quase seca a barragem, aparece no relatório da ANA. Por que não botou a de Santo Antônio? Então eu não entendi. Inclusive quando eu perguntei isso para a população, a população desconhece a visita de qualquer órgão fiscalizador. Então, isso precisa ser esclarecido.

Aí está a Barragem de Tabua II, bem pouquinha água. E aí eu fiz a comparação das duas. Olha só: a Barragem de Santo Antônio, que é bem maior, nível 2, não está no

relatório; a Barragem de Tabua II, nível 1, bem pequena, está no relatório da ANA. Então, está aí! Isso aí é perfeito, que nós detectamos lá.

Estamos terminando, viu?

Paramirim, a do Zabumbão. Vamos lá! Barragem em Paramirim: fomos recebidos na Câmara de Vereadores.

Olhem aí: Barragem do Zabumbão, Paramirim, é da Codevasf. Inclusive, vocês podem ver o nível baixo. Se vocês olharem ali a parte amarela, lá em cima, é o nível que era para estar. Quando ela está cheia, chega ali. Olhem como é que está baixo, lá embaixo, olhem o nível lá. Dá para vocês perceberem.

Barragem do Zabumbão, Paramirim, responsabilidade da Codevasf. Eles já fizeram...

Aí é o sangrador da barragem.

Olhem a marca lá, onde é que a água fica. É para ficar ali naquela parte, quando ela está cheia.

Olhem aí! Aí vocês vão ver, vai dar um zoom, uma panorâmica bem maior da situação, como está a Barragem do Zabumbão, em Paramirim. É uma barragem grande.

Quero aqui agradecer ao George Tanajura, presidente da Câmara, que nos recebeu muito bem. Inclusive, está aqui. Cadê o George? Está ali, o vereador-presidente. Uma palma aí pela condução da receptividade a esta comissão (palmas); Leila Karina Luz, chefe do Departamento de Conselhos da Secretaria de Assistência Social; técnico da Codevasf; Arnaldo Dantas, engenheiro mecânico; Sérgio Roberto e Renato Lopes, engenheiros civis; vereadores Toninho da Farmácia, Cidinho, Orlando Flor, Tõe de Dô. Foram esses que nos receberam.

E aí está: embora a Barragem do Zabumbão tenha problema desde 2014, eu gostaria de ler esse relatório minunciosamente, para vocês verem a gravidade que temos lá nessa barragem. Prestem atenção! Em 2014, ocorreu um monitoramento com ações da manutenção. Os técnicos da Codevasf discordam que a situação do equipamento seja muito grave, como sugere o relatório da ANA. O relatório da Codevasf registra o acompanhamento e obras da manutenção realizada ou em fase de conclusão orçamentária.

A capacidade volumétrica de 76 milhões de metros cúbicos na cota 670 milímetros, volume armazenado em maio de 2019, correspondeu a 23 milhões. Vocês veem que está bem baixo o nível. A Codevasf ainda irá investir 900 mil até 2020.

Aí tem a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, que nós colocamos aí dentro do quadro de manutenção realizado pela Codevasf, em 2014 e 2016. Eles cumpriram o que está no edital.

Avaliação técnica: a integridade da barragem está no nível 1, como vocês estão vendo. Não foram detectadas fissuras ou rachaduras, não há erosão e o vertedor encontra-se operacional após os trabalhos da manutenção realizada pela Codevasf.

O relatório da ANA cita problemas no vertedor, como fissuras em suas paredes. Mas o trabalho da manutenção feita pela Codevasf sanou esses problemas. Inclusive,

das dez, só tem uma barragem de responsabilidade da Codevasf em que foi feito já o ajuste, conforme está no relatório da ANA.

Aí tem, dando continuidade, disposição dos resíduos. Isso aí é preocupante. A disposição de resíduos, tanto urbanos como de atividade de mineração nas margens dos córregos contribuintes do Rio Paramirim. O lançamento de águas servidas e esgoto bruto nos recursos hídricos contribuintes do Rio Paramirim poluindo as águas do lago da barragem. Dejetos hospitalares estão sendo jogados próximos às margens do lago da barragem, contaminando a água e trazendo sérios problemas à saúde da população. Isso é um problema sério. Tem várias pessoas morrendo lá na cidade de Paramirim.

Segundo informações da Embasa, concessionária da distribuição de água para Paramirim, Caturama, Botuporã e Tanque Novo, a qualidade da água está de acordo com os parâmetros exigidos pela portaria do Ministério da Saúde. Inclusive, quando nós passamos pelo talude da barragem, nós sentimos um mal cheiro. Pense numa coisa, parecia um lixão, aquela catimba. Mas disseram que isso não era, segundo disseram lá, não era a água que estava podre, não entendi.

Como presidente, está aí, vamos estar pedindo, independente, que façam uma análise dessa água em prol dos moradores da região. Foi o que eu falei lá que vai ser feito, a comissão vai enviar esse pedido. Necessário fiscalizar os hospitais, mineradoras e outras atividades que gerem resíduo na região: responsabilidade dos órgãos ambientais do município e do estado.

Passam também pela estruturação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Necessário elaborar e implementar o plano municipal de saneamento, que não tem, responsabilidade do município e articulação com deputados federais para as emendas que garantam os recursos.

Agora vamos para Cariacá. Inclusive, essa barragem aí é uma das que não estavam no relatório da ANA, mas a pedido do deputado Laerte do Vando, que está aqui presente, ele pediu na comissão e nós atendemos o pedido e fomos in loco. Fomos bem recebidos pelo prefeito Vando, que foi nosso colega aqui nesta Casa. Todos os vereadores estavam presentes. Olhem aí, a Barragem de Cariacá, Laerte, onde é que está ali.

Está aí a comitiva. Estivemos na Câmara. Eles fizeram uma audiência lá na Câmara para ouvir os vereadores falarem. Está aí toda a equipe, o prefeito Vando, Laerte, toda equipe aí.

Nós começamos a andar. Aí é ao lado do sangradouro, próximo ao sangradouro. Aí é o talude muito bem construído pelo DNOCS, entendeu? E nós já descemos o talude muito bem construído pelo DNOCS, entendeu? E nós já descemos o talude, já estava lá a jusante, não é, seu Eduardo?

A caminhada foi longa, pessoal, olhem aí, Caricá, Açude da Tapera, olhem aí, vocês vão ver mais ainda é coisa. Olhem o tanto da população lá presente. Olhem o tamanho dessa barragem. E aí onde nós descemos, onde tinha umas infiltrações depois da parede. Aí estavam presentes o deputado Laerte do Vando, o prefeito Edivan Fernandes de Almeida, Vando, o presidente da Câmara de Vereadores e os demais

vereadores. Eu não estava com o nome de todos, mas toda a Câmara estava presente, a maioria dos vereadores da Casa.

Aí está Monte Santo, é uma cidade na região, se fosse na Região do Polígono da Seca e a Barragem de Cariacá ou o Açude da Tapera, como é conhecido em Monte Santo. É reservatório que supre a necessidade hídrica da cidade, construída em 1913, é uma das barragens mais antigas da Bahia, não é isso, deputado Laerte? Com capacidade de 3 milhões e 93 mil metros cúbicos, o reservatório apresenta grande importância para o abastecimento de Monte Santo e muitas outras cidades próximas, num raio de 100 quilômetros. Equipamento multiuso desde o abastecimento da população, dessedentação de animais, irrigação, o reservatório deu suporte na última estiagem a mais de 300 caminhões pipas por semana, atendendo a várias comunidades. Com as chuvas ocorridas em fevereiro, o reservatório atingiu a sua cota de cheia, trouxe alegria por um lado e preocupação por outro, em função dos problemas advindos da falta de manutenção.

Os problemas constatados: erosão no vertedouro que se alastra da jusante para o montante, aproximando-se do espelho da água; erosões ao final do talude da jusante com desmoronamento de grande volume em materiais, como a uma distância de aproximadamente 100 metros entre o lago e o desmoronamento. Esse fato não é considerado risco iminente. Linha de infiltrações sem identificação do filtro, necessidade de manutenção aos acessos está no nível 2, mesmo não estando no relatório, mas o nível é 2.

Avaliação técnica: foi constatada uma linha de infiltração que é normal em barramento, e não há risco iminente pois não se constatou o carregamento de material. Contudo, a manutenção das erosões no vertedouro, erosões próximas ao talude jusante, conserto da parte superior da crista, limpeza de vegetação e manutenção dos acessos tornam-se necessários. Inclusive, foi o prefeito da cidade que mandou fazer a manutenção da vegetação no talude, o prefeito Vando, ele mesmo por conta própria, porque isso é responsabilidade do DNOCS

Aí está o vertedouro, desmoronamento de solo a 100 metros do lago.

Agora vamos para mais um relatório mostrando, onde nós estávamos lá, a água para o vertedouro. Está vendo essa bolinha maior, vermelha? É a distância que está do talude, que é aquela seta menor, para o vertedouro, que precisa estar sendo... a água está corroendo as pedras e está levando, então precisam ser feitos reparos.

Bem, terminamos de mostrar para vocês as barragens. Agora vamos só mostrar para vocês, rapidamente, a enchente de Coronel João Sá, que a Comissão de Meio Ambiente, eu fui lá, em Coronel João Sá, e também em Pedro Alexandre. Aí o Rio do Peixe, que corta a cidade; essa ponte estava interditada, porque na cheia lavou essa ponte aí, que é onde as famílias que moram do lado de lá precisam passar, ter acesso ao outro lado da cidade.

Aí foi a nossa trajetória para chegar lá, as dificuldades, como eu já mostrei.

Aí fala de Pedro Alexandre e todo o relatório do que aconteceu, como vocês já sabem, através da imprensa.

Aí foi na hora que nós chegamos lá, o governador já tinha percorrido, já tinha vistoriado a cidade de Coronel João Sá. Estão ali o prefeito Carlinhos, o governador Rui Costa, o secretário da Saúde. Uma das coisas que nos preocupou foi que prefeito Carlinhos nos disse que, dentro do município de Coronel João Sá, presidente, são mais de 2 mil açudes, que uns chamam barragem e outros chamam açudes, de propriedades. Só no município de Coronel João Sá existem mais de 2 mil. A Barragem de Quati, quando ela estourou em Pedro Alexandre, ela levou três desses açudes, e essa água veio para o Rio do Peixe, e o Rio do Peixe transbordou de uma forma que atingiu a população.

Então, veja que não existe um acompanhamento, um controle. Está aí, a causa das enchentes, como vocês estão vendo ali, o Rio do Peixe transbordou, o vertedouro não foi capaz de dar vazão da Barragem de Quati. E essa Barragem de Quati, foi a CAR, com os moradores, com os agricultores, que construiu, e, segundo... o material foi de péssima qualidade, pelo que foi detectado. Está aí, Rio do Peixe, Coronel João Sá, transbordou e causou a enchente na parte baixa da cidade, inclusive cobrindo a ponte na área urbana.

Agora, para concluir o relatório, o que foi que nós colocamos aí foi o que detectamos nessa visita a essas treze barragens? O que é que precisa ser feito, Sr. Presidente? Mais eficiente será a solução das demandas ambientais que se iniciam pelos municípios, as demandas ambientais. Cada município tem a responsabilidade de apresentar ao órgão fiscalizador, que é o Inema, as deficiências ambientais que tem. Segundo, apresentar aos órgãos de fiscalização o cronograma de manutenção. Não existe isso aqui. Existe? Falta a apresentação desse relatório, cada município deve apresentar.

A maioria das autoridades locais que nós detectamos, como os prefeitos, Câmara de Vereadores e secretário de Meio Ambiente, desconhece a visita do órgão competente fiscalizador. Como é que... Eu estou citando aqui o Inema, porque o Inema é o órgão fiscalizador das barragens, dos rios aqui na Bahia. Ela manda o relatório para a ANA. Como é que o órgão competente vai numa cidade e não dá ciência ao prefeito? Não dá ciência aos vereadores? Não dá ciência ao Ministério Público? Como é que pode? Como é que faz essa visita? Por exemplo, nós fizemos a visita, convidamos os vereadores, o prefeito, que são os dois poderes maiores da cidade, prefeito e vereadores. Então, estão ali: Câmara de Vereadores, secretário de Meio Ambiente – nem o secretário de Meio Ambiente do município – eles desconhecem a visita do órgão competente fiscalizador. Os fiscais ignoram os representantes locais.

Precisamos estruturar as secretarias municipais de meio ambiente. Tem município que só tem a Secretaria de Meio Ambiente no nome. A Secretaria de Meio Ambiente do município não tem nem sequer um carro para ir na zona rural, nem uma moto para ir na zona rural visitar. Tudo bem! O prefeito Carlinhos, lá de Coronel João Sá, diz que são mais de 200 açudes que tem na região que são privados. Mais de 2 mil! Mas o prefeito tem autoridade, sim, de chegar para o dono daquela fazenda e dizer: “Olha, você precisa fazer a manutenção do seu açude, porque pode acontecer um rompimento.”

Enfim, fiscalizar os hospitais, mineradoras e outras atividades que gerem resíduos na região, órgãos ambientais, municipais e o Inema. Água tratada, os quatro pilares são: esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem, elaborar e implementar o Plano Municipal de Saneamento. A maioria dos municípios da Bahia não tem o Plano Municipal de Saneamento, a maioria dos municípios. A responsabilidade é de quem? Dos municípios em articulação com os deputados, porque precisam de recursos para fazer a implantação do Plano Municipal de Saneamento.

Elaborar os planos de contingência e ajuda mútua para desastres a cargo dos municípios, melhor gerenciamento de acordo com as peculiaridades de cada município. A gente sabe que existe a Defesa Civil, existe! Mas a Defesa Civil só age no momento que aconteceu o fato. Tem que ter uma equipe de manutenção, aliás, de alerta para ver os problemas ambientais que podem ser causados naquele município.

E, por último, a reforma tributária para que os municípios tenham mais recursos através do Congresso Nacional. A reforma tributária é importante? É! Agora eu quero fazer mais uma observação, presidente, para concluir: não adianta fazer uma reforma tributária, se não especificar os recursos direcionados a cada setor. Por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o gestor tem que gastar “x” na Saúde. Nós votamos o Orçamento aqui, nós vamos votar neste ano o Orçamento.

No Orçamento estão os recursos, que vamos votar aqui, para fazer a manutenção das barragens, mas o governador não é obrigado a cumprir, não é. Porque? Porque não há uma lei que obrigue ele a cumprir como obriga na Saúde. Isso precisa ser mudado, porque se não mudar vão ficar as tragédias... As tragédias só agem quando acontece uma tragédia com vítimas. Em Pedro Alexandre não teve tragédia com vítimas, graças a Deus, mas houve uma tragédia ambiental, animais foram mortos. Enfim, se não houver uma reforma tributária dessa forma...

Para concluir, Sr. Presidente, eu coloquei essa mensagem aí, eu queria até acrescentar mais uma além dessa daí, porque é muito importante. Ali diz assim, Salmo 24:1,2: *“Ao Senhor Deus pertencem o mundo e tudo o que nele existe; a terra e todos os seres vivos que nela vivem são dele. O Senhor construiu a terra sobre os mares e pôs os seus alicerces nas profundezas do oceano”*. Eu queria ainda acrescentar aqui o que o apóstolo Paulo disse: *“Isso aqui, gente, como isso aí.”* Por exemplo, Deus fez toda a natureza perfeita.

Eu quero que alguém diga diante da natureza o que não é perfeito. Vocês sabem qual é a coisa mais preciosa da natureza? Sabem quem é? Quem saberia dizer quem é? É você. Você é a imagem e semelhança de Deus. O homem destrói a natureza que somos nós, ambientais, e o homem destrói a si próprio. O apóstolo Paulo disse, Sr. Presidente, para concluir, lá no Livro 1 Coríntios 2.6-16. 6: *“Porém, para os que são espiritualmente maduros, anunciamos uma mensagem de sabedoria. Mas não é de uma sabedoria deste mundo nem a dos poderes que o governam e que estão perdendo o seu poder”*.

Os poderes que governam o país estão perdendo o poder. Sabe por quê? Porque eles não se voltam para Deus. Tem que buscar a sabedoria em Deus, tem que buscar em Deus a força de Deus, para que Deus possa tomar o controle. Está aqui, mas não é

de uma sabedoria deste mundo nem a dos poderes que os governam e que estão perdendo o poder. É verdade. O governo está perdendo para a droga, o governo está perdendo para a depressão. O governo não pode resolver o problema da depressão. O governo não pode acabar com a droga. Qual o governo que vai acabar com a droga? Não acaba. Agora, o poder de Deus, sim. Por isso, os gestores, para buscar esse poder para administrar, precisam da sabedoria de Deus.

Sr. Presidente, estou satisfeito. Quero aqui agradecer a todos os deputados, que quando eu assumi essa Comissão de Meio Ambiente, eu tive o privilégio de apresentar primeiro o trabalho da comissão, visitar as barragens. Fomos além, visitamos 13, foram mais de 9 mil quilômetros rodados. Agradecer a minha equipe, agradecer ao engenheiro Eduardo Macário, o engenheiro técnico, cadê ele? Esse homem aqui - vem cá, meu amigo - esse homem que caminhou comigo, de madrugada, nas BRs, esse aqui, oh! Profissional, preparado, homem que entende o que é meio ambiente, é engenheiro agrônomo, mas especializado em meio ambiente. Agradecer a minha equipe técnica, agradecer aos deputados, agradecer a vocês que confiaram no nosso trabalho, estamos prestando contas.

Quero dizer que a Comissão do Meio Ambiente está à disposição do povo baiano.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Queria...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Agradecer, Sr. Presidente, desculpe, ao meu amigo Laerte, deputado Laerte. Cadê ele? Já foi? Pois é, Laerte teve um papel fundamental, porque nós atendemos ao pedido dele quando fomos visitar a Barragem de Cariacá. Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que tenho que lhe parabenizar, deputado José de Arimateia, V. Ex.^a é sempre tão dedicado. Tivemos a sorte de chegarmos juntos aqui nesta Assembleia, e vejo em V. Ex.^a um parlamentar que sempre procura se dedicar diuturnamente, brigando sempre para estar sempre à frente nas comissões, lutando com muito amor, muita dedicação e tendo sempre grandes resultados. Foi assim na Comissão da Saúde que fez, lá, um grande trabalho, está sendo assim na Comissão de Meio Ambiente.

Eu fico muito feliz quando a gente está tendo a oportunidade de aqui, nesta nova legislatura, trabalhar de forma muito árdua, de colocarmos as nossas comissões para ter um dinamismo extraordinário, e nós estamos produzindo tanto que vai ser necessário ampliar em mais um dia o funcionamento das comissões. A partir deste semestre nós iremos também, às segundas-feiras, funcionar as comissões concomitantemente com o plenário. Isso vai dar oportunidade dos parlamentares se dedicarem mais aos projetos de lei, estudá-los, fazer as alterações e as modificações que eles acharem corretas, e graças a essa oportunidade do aprofundamento é que nós estamos conseguindo votar a grande maioria dos projetos por acordo, e nós precisamos continuar com esse espírito de estarmos irmanados em prol do crescimento e do desenvolvimento da nossa Bahia.

Parabéns à Comissão do Meio Ambiente, que fez um trabalho fantástico. Nós tivemos a oportunidade, deputado Arimateia, de chamar atenção, no nosso discurso de posse, no dia 1º de fevereiro, sobre a situação que tinha ocorrido lá em Minas Gerais, em Mariana e Brumadinho, e nós não queríamos que situações como essa viessem a acontecer aqui na Bahia. É por isso que chamamos a atenção para que esta Casa tomasse a frente, que esta Casa procurasse fazer uma avaliação mais criteriosa a respeito das barragens aqui do estado. E V. Ex.^a, que é um incansável trabalhador, saiu à frente, percorreu 10 mil quilômetros e está apresentando esse relatório minucioso, que engrandece o nosso Parlamento. Então, parabéns a V. Ex.^a, e continue sendo esse bravo e combatente deputado.

Eu queria aqui aproveitar para dizer que o prefeito de Ibiassucê, Adauto, está ali, veio participar aqui da entrega desse relatório, demonstrando toda a preocupação, todo o zelo que ele tem para com a comunidade lá de Ibiassucê. Então, muito obrigado, prefeito, por estar aqui conosco.

Quero também registrar as presenças dos nossos vereadores lá da cidade de Paramirim, o presidente George Tanajura está aqui conosco, e o nosso querido amigo Orlando, que sempre está preocupado com o crescimento e o desenvolvimento daquele município. Leve o meu abraço a todos os nossos parceiros e amigos lá da cidade de Paramirim.

Queria convidar aqui a Sr.^a Promotora de Justiça Luciana Kloury, para fazer parte da Mesa.

Neste momento estão acontecendo algumas outras atividades aqui na Assembleia, Arimateia, e eu gostaria de pedir permissão para acompanhá-las também, e passar a presidência dos trabalhos para que você continue esse debate tão importante aqui para a sociedade baiana.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado ao nosso presidente pela confiança. No meu agradecimento final, eu não posso esquecer também de agradecer à Secretaria da Mesa, que nos acompanhou.

Vou ler para vocês um comunicado da ANA. Inclusive, esse comunicado a ANA mandou para o governo do estado da Bahia e para a Assembleia Legislativa da Bahia. Está aqui, Agência Nacional de Águas.

Vou ler aqui para vocês:

(Lê) “*Excelentíssimo Senhor*

José de Arimateia Coriolano de Paiva

Deputado Estadual...”

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

“(...) Senhor Deputado Estadual,

1.Em resposta ao Ofício 053/19 da Comissão do Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa da Bahia, que convida a Agência Nacional de Águas para participar e compor a mesa em sessão especial sobre segurança de barragens, agradecemos pelo convite e parabenizamos pela iniciativa,

porém tendo em vista a agenda de trabalho dos servidores envolvidos com a temática, não será possível comparecer.

2.Reconhecendo a importância do evento, gostaríamos, contudo, de receber relatório contendo os resultados obtidos na sessão especial, bem como encaminhamentos surgidos.

3.Aproveitamos a oportunidade para informar que as informações contidas no Relatório de Segurança de Barragens provêm dos próprios fiscalizadores de segurança de barragens. Portanto, as informações sobre barragens da Bahia com algum comprometimento estrutural importante foram fornecidas pelo INEMA/BA.

Atenciosamente,

Rodrigo Flecha Ferreira Alves

Superintendente de Regulação.”

Então está aqui esse comunicado da ANA. Então a responsabilidade é do INEMA que faz a fiscalização das barragens.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra ao supervisor de segurança de barragem da Embasa Lúcio Landim Fonseca para dar suas explicações com respeito ao... Pode usar a tribuna.

O relatório foi extenso, mas espero que tenha atendido a expectativa.

E gostaria também que além da Mesa e dos que estão inscritos aqui, alguém, principalmente quem veio de tão distante ou quem quiser usar a fala, a palavra, eu vou abrir para vocês também falarem.

Pode falar, Lúcio.

O Sr. LÚCIO LANDIM FONSECA: Inicialmente agradecer ao deputado José de Arimateia por esse debate, saudando os demais membros da Mesa e também as pessoas que estão aqui presenciando o debate.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Vou colocar 5 minutos. Está bom?

O Sr. LÚCIO LANDIM FONSECA: Está bom.

Inicialmente eu queria parabenizar até o Inema pelo trabalho que vem desenvolvendo como agente fiscalizador da lei de segurança de barragens. Eu desafio assim até os outros estados do Brasil a terem o cadastro com tantas barragens cadastradas. E, no caso, o que o Inema faz é colher as informações dos órgãos empreendedores. Então os órgãos empreendedores avaliam seu estado de criticidade de suas barragens e encaminham esses relatórios anualmente ao Inema. E ele, o Inema, compila essas informações, na verdade, e as encaminha para a ANA.

Quero aproveitar para esclarecer alguns pontos que são importantes. Primeiro é a questão da importância das barragens, que isso nunca pode ser esquecido. Nenhum país pode sobreviver e se desenvolver se não tiver água e geração de energia. Então é bom salientar isso: a importância das barragens para o desenvolvimento do nosso País. Lógico que as barragens têm impactos e esses devem ser levadas em conta. Como também a importância da Lei nº 12.334 que rege a Política Nacional de Segurança de Barragens. Eu acho que são duas coisas que são importantes salientar. E, no caso, eu

estou representando a Embasa, que é um órgão empreendedor que tem 27 barragens enquadradas na lei de segurança de barragens.

Eu acho que o importante, na verdade, é você colocar em prática as ações que estão previstas na legislação, bem como as recomendações que os agentes fiscalizadores têm, porque eles delegam ações a serem implementadas.

As principais delas: fiscalizar as barragens, ter inspeções regulares, as inspeções especiais, como você não tem condição de avaliar a anomalia que cada barragem tem e fazer todos os estudos que estão contemplados na lei, que seriam: plano de ação emergencial, revisão periódica e o plano de segurança de barragens.

Então, no caso falando especificamente da Embasa, todas as barragens que estão enquadradas, a gente já tem ações efetivas. Todas as barragens da Metropolitana, por exemplo, elas já têm plano de ação emergencial, revisão periódica e plano de segurança de barragens. Isso, muito em função também do apoio que a diretoria da Embasa tem dado a esse tema específico de segurança de barragens.

Isso é até uma obrigação que a lei coloca: que todo o empreendedor tem que dotar recursos necessários à questão da segurança de barragens. Infelizmente, muitos órgãos não têm condição, realmente, de garantir o estado de conservação que cada barragem requer. Graças a Deus, a gente está realizando todas as ações para garantir a segurança das barragens.

Uma das ações que a gente está colocando em pauta agora é a implementação do sistema de alerta da barragem de Pituaçu que, essa sim, é uma das barragens mais antigas do estado da Bahia e foi construída em 1906. Quer dizer, é uma barragem que tem mais de 113 anos de idade. Hoje ela não tem utilização pela Embasa, mas em função do dano potencial, no caso, na ocorrência de uma ruptura de barragem, pessoas serem vitimadas, principalmente a população do Bate Facho, que está logo a jusante da barragem.

Uma coisa também que eu queria colocar: é que a gente precisa realmente discutir, de fato, a questão da segurança das barragens, porque pequenas barragens elas são as mais vulneráveis que existem. Por quê? Elas não estão suscetíveis e não foram preparadas para grandes ocorrências de chuvas. No caso, como a barragem de Quati, aquele alagamento todo que aconteceu a jusante, realmente foi pela quantidade de chuva. Mesmo com barragem ou sem barragem, aquela população que está a jusante seria vitimada pelo excesso de chuvas desses 5 dias.

Queria agradecer e a Embasa está à disposição para esclarecer medos adicionais. Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Ok, Lúcio Landim Fonseca.

Gostaria de registrar a presença do vice-prefeito de Mirantes, Sr. Moisés de Seles Santos; Nilo Moreira Alves, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Rio de Contas; Raimundo Peixoto, chefe do serviço técnico do DNOCS; Celso Pinheiro Magalhães, superintendente de infraestrutura hídrica da secretaria; Luciano Fiuza

relações institucionais da Cetrel; Priscila Martins Martinez chefe do escritório de Salvador da Codevasf; prefeito Francisco Adolfo da prefeitura de Ibiassucê, que está presente; Ubiraci do Amaral Leal, gestor do grupo Ecoliste; Paulo Sérgio Menezes Luz, superintendente da Defesa Civil; Gustavo Carvalho, assessor técnico da secretaria; Maria da Conceição Alves de Melo do FJU de Sussuarana, cadê o FJU? Eita! Luis Alberto, presidente da cooperativa de transporte Aliança Bahia.

Obrigado!

Dando continuidade, vou remir mais o tempo. Vou dar mais... É uma saudação porque o tempo está avançado. Eu queria a compreensão de vocês.

Vamos passar agora para o Lucas Lobão que é coordenador do DNOCS Bahia. 3 minutos Lucas! Eu sei que é pouco, mas...

O Sr. LUCAS LOBÃO: Sr. Presidente, bom dia. Eu só vou pedir um pouquinho de compreensão porque, como o relatório foi extenso, a gente precisa falar com responsabilidade uma vez que a imprensa, cumprindo o papel dela, já soltou algumas notas...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):-Tudo bem!

O Sr. LUCAS LOBÃO: Eu gostaria que o senhor tivesse um pouco de compreensão porque eu quero esclarecer algumas coisas em nome do DNOCS.

Eu acho que foi importante o trabalho de vocês da Comissão, mas eu preciso salientar que a Comissão não se dirigiu à coordenação da Bahia. A Comissão foi ao DNOCS em Fortaleza e acho que por isso algumas informações que foram prestadas, aqui, estão desconexas da realidade.

As 4 barragens que constam do relatório da ANA, que foram apontadas risco 2, que carecem de intervenção, nós estamos com o orçamento para licitar. Orçamento na monta de R\$25 milhões. Nós estamos publicando o edital no final de agosto. Os orçamentos já foram feitos, os técnicos responsáveis do DNOCS já tinham visitado essas barragens no ano passado. Este ano só foram visitadas para finalizar o orçamento, para que pudéssemos publicar esse edital. Então, eu quero tranquilizar a população porque foi publicado na imprensa que duas barragens do DNOCS estavam correndo o risco de haver rompimento. Não existe, no estado da Bahia, nenhuma barragem do DNOCS com risco, eminente, de rompimento.

O relatório do DNOCS é elaborado por técnicos responsáveis. Eu gostaria até Sr. Presidente, quando o senhor encaminhasse para os órgãos, assim como a ANA solicitou, que o senhor encaminhasse para o DNOCS quem foi o responsável técnico que auxiliou a Comissão na elaboração desse relatório, porque eu percebi no relatório que quando vocês fazem uma distinção de uma barragem, inclusive ali de São Gonçalo, se não me engano, vocês falam que uma foi para nível 1 e outra foi para nível 2. Os níveis de barragem não são estabelecidos se uma barragem é grande, se uma barragem é pequena, se uma barragem está com um volume de água alto ou pequeno. O DNOCS ele produz o relatório baseado na legislação e nos manuais relativos às barragens.

Então, já que o senhor falou que era uma saudação e procuramos ser corretos e regimentais eu quero tranquilizar a população da Bahia, que não há sobre a supervisão

do DNOCS nenhuma barragem com risco, eminente, de rompimento e que as 4 barragens que foram apontadas no relatório da ANA serão recuperadas ainda este ano.

Muito obrigado e bom dia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador).

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Eu gostaria de informar a Lucas Lobão, que representa, é um representante, coordenador do DNOCS, que nós mandamos, a Comissão mandou, sim. Está havendo um ruído na comunicação, mas foi encaminhado para o DNOCS-Bahia – foi encaminhado para o DNOCS-Bahia –, e, em nenhum momento, a Comissão de Meio Ambiente disse... A Comissão de Meio Ambiente nunca contradiz o que está no relatório da ANA, e quem passa o relatório para a ANA é o Inema. Então, essa questão do nível 1 e nível 2, foi exatamente os próprios técnicos do Inema aqui que qualificaram. E nós visitamos *in loco* e constatamos, sim, que houve o nível 1 e o nível 2. Nós não estamos dizendo que tem... em nenhum momento a Comissão de Meio Ambiente... Pode ser que a imprensa tenha alardeado isso, na questão de rompimento. Não. Existe o nível 1 e o nível 2. Em nenhum momento a gente disse. Agora, a comunicação nós mandamos... Sempre quando mandava para o DNOCS-Bahia, mandava para o DNOCS de Fortaleza.

Claro que o relatório final, esse que nós encaminhamos para o DNOCS de Fortaleza, porque é a sede nacional do DNOCS... A sede nacional! Não é desmerecendo o escritório do DNOCS em Salvador que representa a Bahia, não. Agora, as discussões que foram feitas nesta Casa, sempre convidamos representantes do DNOCS-Bahia, na Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de esclarecer isso.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra ao diretor de fiscalização do Inema, Marcus Machado.

O Sr. MARCUS MACHADO: Bom dia a todos, agradeço...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Marcus, 3 minutos dão para saudar?

O Sr. MARCUS MACHADO: Perfeito. Agradeço o convite feito pelo deputado Arimateia. Primeiramente, esclarecer um pouquinho da estrutura do Inema. O Inema tem uma estrutura que cuida de regulação. Ele autoriza atividades e empreendimentos e também de fiscalização, assim como de gestão de águas.

Na questão de barragem, o Inema fiscaliza barragens não só de água, mas também as barragens de rejeito das minerações, porque o Inema licencia essas atividades. Entretanto, é de deixar claro que a segurança da barragem de rejeito em si, segundo a Política Nacional de Segurança de Barragem, é uma atribuição da Agência Nacional de Mineração.

Então, o ateste de que essas barragens estão seguras ou não, esses relatórios a serem emitidos, tanto para as organizações governamentais quanto para as instituições privadas ou à população, ficam a cargo da Agência Nacional de Mineração, entretanto o Inema fiscaliza, sim, essas atividades, porque fiscaliza atividade minerária como um todo e verifica a estrutura dessas barragens. Mas, repito, o relatório de segurança se ela está em risco ou não de rompimento fica a cargo da Agência Nacional de Mineração.

Quanto às barragens de água, aí sim, o Inema tem atribuição, conferida pela Lei Nacional de Segurança de Barragem, de fiscalizar essas barragens de água. Agora, as barragens de água que estão inscritas na Política Nacional de Segurança de Barragens, que são as barragens de conhecimento do Inema. A colega Quitéria vai falar um pouquinho mais a respeito disso já, já.

Então, algumas barragens no estado da Bahia, o Inema às vezes sequer tem conhecimento, justamente porque elas não estão inscritas no Sistema Nacional de Segurança de Barragem. Um exemplo disso foi a Barragem de Quati, lá em Pedro Alexandre. Ela não estava inscrita no Sistema Nacional de Segurança de Barragem, então o Inema não fiscalizou preteritamente essa barragem.

Quanto às fiscalizações que foram levantadas pelo deputado Arimateia, de não serem comunicadas aos entes municipais, aí eu pego um pouco também o leque da fala dele no sentido de que o estado precisa dessas informações do município também.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então é necessário que o município abrace essa questão ambiental e comunique ao Inema de algumas barragens que, porventura, existam em seus territórios para que nós possamos ir lá visitá-las.

Muito obrigado, deputado. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.k., obrigado ao nosso amigo Marcus, do Inema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra a coordenadora de Segurança de Barragem do Inema, a Dr.^a Maria Quitéria, nome de guerra, nome de mulher valente! Maria Quitéria, lá de Feira de Santana. Parabéns por sua família ter botado esse seu nome que ficou na história do Brasil.

A Sr.^a MARIA QUITÉRIA C. OLIVEIRA: Eu queria primeiro agradecer ao deputado Arimateia pelo convite para a gente estar aqui hoje, inclusive tendo essa oportunidade de esclarecer alguns pontos da Política Nacional de Segurança de Barragens, que muitas vezes o Inema, passa-se a impressão que o Inema é o único órgão fiscalizador de segurança de barragens no estado da Bahia, e não é verdade. O Inema fiscaliza as barragens que ela licencia e que ela outorga. As barragens que são outorgadas pela ANA são fiscalizadas pela Agência Nacional de Águas a exemplo, da Barragem Gasparino. A fiscalização da segurança da Barragem de Gasparino não é o Inema que faz, é a ANA – Agência Nacional de Águas.

Assim como o colega falou, as barragens de mineração são fiscalizadas, na questão de segurança, pela Agência Nacional de Mineração e as barragens que geram energia elétrica são fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Então isso é importante estar esclarecendo porque muitas vezes passa-se a impressão de que o Inema é o único órgão fiscalizador de segurança de barragens no estado da Bahia, e isso não é verdade.

A outra coisa é em relação a esse relatório da ANA. É um relatório muito importante, ele compila muitas informações que são interessantes e devem ser divulgadas à comunidade, a gente entende dessa forma. A Política Nacional de Segurança de Barragens foi pensada dessa forma como um meio de você estar juntando informação e disponibilizando essa informação para a sociedade. Mas assim, é importante a gente ter sempre em mente que esse relatório tem uma defasagem de um ano. Então quando relatório de segurança de barragens foi publicado em 2017, o ano de 2018, praticamente, todo já tinha passado. Então muitas dessas barragens, os empreendedores já tinham sido notificados pelo Inema, já tinha havido fiscalização *in loco* do Inema, o empreendedor já tinha tomado algumas providências para estar resolvendo essas questões.

Por que estou chamando a atenção desse ponto? Porque agora em outubro para novembro, mais ou menos, a ANA vai estar publicando um novo relatório de segurança de barragens, que é o de 2018. E na hora que for publicar vai ter lá, tenho a impressão que são sete barragens no estado da Bahia que vão estar lá em nível de perigo, de alerta. Isso quer dizer que aquela barragem nesse exato momento está em nível de perigo, de alerta? Não. Ela estava com esse nível de perigo em 2018. Pode ser que em 2019 esteja melhor, pode ser que esteja na mesma situação! Mas assim é sempre importante estar esclarecendo isso, eu acho que a ANA deveria fazer esse esclarecimento, inclusive quando ela divulga essa informação, porque todo ano tem esse afã, na hora que é divulgado, e parece que aquelas barragens, naquele exato momento, estão naquele nível de perigo, e não é exatamente isso que acontece...

Em relação a essas barragens todas que foram visitadas pela equipe da Assembleia, foi interessante porque em muitas dessas barragens, fui olhando ali, o nível de perigo em 2018 coincide exatamente com o que já tinha sido alterado por esses empreendedores.

Uma coisa que é importante dizer: o Inema classifica o risco e o dano; o nível de perigo é definido pelas inspeções que são feitas pelos empreendedores. Então, essa informação que é passada do Inema para a ANA é uma informação que o empreendedor passa para a gente. Se por um acaso a gente fez uma fiscalização *in loco* naquela barragem naquele ano, aí pode acontecer do Inema alterar esse nível de perigo, como foi o caso de Zabumbão.

A gente tinha ido lá em 2016, tinha identificado um nível de perigo alerta, o empreendedor informou para a gente atenção, mas como a gente tinha estado naquela barragem no ano anterior e verificou que as anomalias que foram identificadas naquela barragem não tinham sido corrigidas no ano de 2017 pelo empreendedor, o Inema pegou e colocou a barragem com um nível de perigo alerta.

Mas o nível de perigo é definido pelo empreendedor. Por quê? Porque são 300 e tantas barragens que o Inema fiscaliza no estado atualmente.

Então, a gente não tem condições de fiscalizar *in loco*. Você mesmo viu a dificuldade que é para você estar se deslocando para essas 300 e tantas barragens.

Então, a gente faz a fiscalização anual da parte documental. E o que acontece? Todo empreendedor tem até 31 de janeiro de todo ano para passar para o Inema todas

as informações referentes à manutenção dessas barragens. O que foi que eles realizaram nessas 300 e tantas barragens eles encaminham até o dia 31 de janeiro para o Inema. O Inema pega essa documentação toda, analisa anualmente a parte documental. Dali a gente seleciona algumas barragens para fazer fiscalização *in loco*, porque a gente não tem pernas, não tem braços, não tem técnicos suficientes para fiscalizar todas anualmente, estar lá em campo, fiscalizando.

Então, é importante sempre estar ressaltando que essa informação que vai para o relatório de segurança de barragens da ANA ela é prioritariamente a informação que o empreendedor passa para o Inema. Então, a gente tem do dia 31 de janeiro, que é quando a gente recebe essa informação, até o dia 30 de abril para estar repassando essa informação para a ANA.

E, aí, é uma coisa interessante, porque se for do interesse da Assembleia, como a gente já faz no Coner, a gente pode estar apresentando antes para a Assembleia esse resultado do que é passado para a ANA antes mesmo da ANA estar publicando, porque ela só vai publicar de outubro para novembro. Então, a gente já tem esse resultado desde 30 de abril. Então, se for do interesse da própria Assembleia, como a gente já faz para o Coner,...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Claro que é. É, sim, precisamos, sim.

A Sr.^a MARIA QUITÉRIA C. OLIVEIRA: (...) a gente pode estar fazendo essa apresentação prévia para vocês.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.K. Muito obrigado, precisamos dessas informações, desse relatório. Obrigado, Maria Quitéria.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra à especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, da SEMA, Larissa Cayres, pelo tempo de até 3 minutos, para sua saudação.

A Sr.^a LARISSA CAYRES: Boa tarde, já passamos do meio dia. Gostaria de cumprimentar a todas e a todos.

Em nome do secretário de Meio Ambiente, Dr. João Carlos Oliveira Silva, saudar e parabenizar o deputado José de Arimateia.

O desafio com a segurança de barragem que a nossa sociedade enfrenta, se não houver o envolvimento de toda a sociedade, dos poderes públicos, da sociedade civil, dos representantes, dos empreendedores, enfim, se não houver esse envolvimento nós, de fato, não vamos conseguir vencer alguns desafios como esse da segurança de barragem.

Nós recebemos lá na SEMA o deputado José de Arimateia e outros membros da Comissão de Meio Ambiente para discutir. Na oportunidade, o deputado foi informar ao secretário que queria fazer uma visita a algumas das barragens do Estado. E o secretário recebeu com muito bons olhos, viu, deputado, essa iniciativa, muito em função do que Quitéria falou: nós precisamos nos aproximar cada vez mais, de fato, da realidade desses equipamentos.

Nós vamos, deputado, e eu gostaria de demonstrar para o senhor essa intenção da Secretaria e do Inema, nos aproximar de todos os segmentos da sociedade. Hoje, à tarde, inclusive, vamos nos sentar com representantes do movimento dos atingidos por barragens para, mais uma vez, discutirmos as questões das barragens no Estado. Então, é nesse sentido.

O secretário ainda nesta semana vai ao município de Rio de Contas – eu ouvi que tem um representante do município aqui –, visitar também o reservatório de Luís Vieira. Ou seja, a Secretaria do Meio Ambiente, junto com o Instituto do Meio Ambiente, de fato traz essa preocupação, tem se esforçado no sentido de cumprir o seu papel.

Agora, é importante observar aquilo que Quitéria colocou em relação às competências. Logo depois de Brumadinho houve aquele movimento da sociedade: mas será que essa lei presta? Será que a política de segurança de barragens é capaz de nos dar essas respostas? O meu entendimento é que sim. Agora, a gente precisa aprimorar, não é Quitéria, não é, deputado, esses procedimentos para que, de fato, a política dê as respostas que a sociedade precisa.

Agora, trago aqui uma preocupação do nosso secretário, de fato, em relação às pequenas barragens, aqueles equipamentos que não são abraçados pela política nacional de segurança de barragens. Aí, a gente já lança o desafio, deputado: precisamos discutir, precisamos avançar e ver de que forma nós vamos tratar esses outros equipamentos que não são tratados pela política nacional de segurança de barragens.

Deixo, aqui, então, o abraço em nome do secretário João Carlos. E muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade de discutir junto com vocês a questão das barragens na Bahia.

Um abraço.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado, Larissa Cayres. Muito importante a sua colocação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Vamos ouvir agora o Moisés Borges, que é coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. É uma saudação, Moisés, você já esteve aqui, na Comissão.

O Sr. MOISÉS BORGES: Quero agradecer aqui o convite para estar com o senhor, deputado Arimateia, e parabenizá-lo também pelo trabalho realizado.

Quero trazer aqui algumas questões que também cabem. A gente não teve ainda acesso ao relatório, à leitura do relatório, mas há pelo menos três elementos que a gente acha fundamental para contribuir nesse processo de segurança de barragens, mas também na segurança dos atingidos por barragens.

A primeira coisa é o fortalecimento dos órgãos de Estado. A gente viu aqui, nas conclusões dos trabalhos, o fortalecimento da Secretaria do Meio Ambiente, mas a importância também de fortalecimento do Inema, o fortalecimento da Defesa Civil,

que, agora, junto com Paula, a gente viu o trabalho da Defesa Civil e os poucos profissionais que ainda há dentro da Defesa Civil, assim como no Inema. Como a gente viu aqui, há muitas barragens no Estado e um corpo técnico ainda pequeno. Então, eu creio que é importante que a Comissão aponte para esse fortalecimento.

Outras duas questões, deputado, que a gente afirma é a importância de uma política que além de olhar para a barragem olhe para os atingidos que moram no entorno dessas obras. Muitas vezes se olha a engenharia, se olham os taludes, se olha a condição de infraestrutura, mas não se trata de como envolver a sociedade do entorno dessas barragens na relação com as obras. Ou seja, como é que compartilha, faça uma coordenação compartilhada com aqueles que são atingidos. Como é que essas famílias... elas têm que saber, numa situação como foi o caso de Pedro Alexandre e João Sá, para onde elas têm que ir. Elas não sabiam para onde ir. Simplesmente foi avisado: “foge que a barragem estourou”. E alguns nem sabiam para onde tinham que fugir.

Então, situações como essas são muito delicadas e precisam envolver aqueles que estão no entorno. Desenvolver, de fato, o que a gente chama de ter, inclusive, capacitações independentemente do tamanho da obra, porque não é o tamanho da obra que determina o seu risco, tanto que em Pedro Alexandre não entra em nenhum critério do Inema ou do governo do estado para ser fiscalizada, porque ela tinha 10 metros de altura do talude. Portanto, ela não era fiscalizada por causa que a lei... tem um vácuo na lei para isso. As leis precisam ser mais rigorosas.

Mas você pode criar uma relação com a própria comunidade do entorno para fiscalizar aquela obra, não somente os órgãos de estado.

E, por fim, dizer que, para além da barragem já construída, há uma necessidade de uma política, também, de estado de direitos de atingidos por barragens – no estado da Bahia ainda não há essa política. Que é no processo de construção das obras...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. MOISÉS BORGES: Aqui, na Casa, tramita uma proposta de lei, um projeto de lei do deputado Marcelino Galo, que propõe, inclusive, essa implementação da política estadual de direitos, porque a violação de direitos de atingidos ela acontece na construção, não é só no rompimento. O rompimento é o momento mais crítico da violação de direitos humanos.

Mas há um relatório, inclusive, do governo federal, de 2010, que diz “que construção de barragens, infelizmente, ela viola 16 direitos humanos sistematicamente.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. MOISÉS BORGES: Então, a gente pede, aqui, para a Casa para que coloque em caráter de urgência a votação dessa política estadual de direitos de atingidos por barragens para dar melhores condições de vida às populações, a nós, que somos atingidos, que vivemos no entorno dessas obras.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.K. Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Eu gostaria de ler aqui para vocês, inclusive, um e-mail... porque nós mandamos o convite para a direção do DNOCS.

(Lê) “Sr. Jânderson,

Fui designado pelo sr. Diretor Geral da DNOCS para representá-lo à sessão solene sobre o Relatório das Visitas das Barragens da Bahia.

Diante da necessidade de escolher a data do evento (ou 06/08 ou 07/08), estaremos disponíveis em qualquer dessas datas.

Estamos à inteira disposição dos senhores.

Atenciosamente,

Engº Civil Jackson Oliveira Carvalho

Chefe do Serviço de Projetos (DEP/PR)

Diretoria de Infraestrutura Hídrica (DI). ”

Então, está aqui, mostrando que foi convidado, entendeu? Foi encaminhado também para cá, para aqui também foi. Tanto o nacional, de Fortaleza, como o daqui, foi encaminhado.

Vamos, agora, ouvir a fala do chefe de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Mineração na Bahia, Juliano Barbosa dos Santos. Uma saudação.

O Sr. JULIANO BARBOSA DOS SANTOS: Bom dia a todos.

Queria agradecer, principalmente em nome da gerente da ANM Bahia, que não pôde estar presente, ao Sr. Deputado José de Arimateia pela oportunidade de estar aqui...

Então, falar um pouco da Agência Nacional de Mineração. Ela é o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral, é o órgão responsável pela outorga e fiscalização dos empreendimentos minerários. E desde 2010, com o advento da Lei nº 12.334, a Agência Nacional de Mineração tem a atribuição de fazer a fiscalização de segurança de barragem e mineração.

Então, o nosso universo aqui, na Bahia, em relação a outros órgãos de fiscalização, em relação à fiscalização de segurança de barragem é bem menor em comparação a barragens de água. Na Bahia são em torno de 51 barragens de rejeitos de mineração, sendo que em torno de 16 delas estão inclusas na Política Nacional de Segurança de Barragem, na PNSB.

Atualmente, a Agência Nacional de Mineração fiscalizou em torno de 70% dessas barragens. Como resultado, na maioria das vezes, das fiscalizações, foram tomadas ações corriqueiras para aumentar a segurança dessas barragens, mas nada de cunho emergencial, a não ser uma única barragem localizada no município de Maiquinique, que necessitou de uma ação mais incisiva.

De uma forma geral, a fiscalização da Agência Nacional de Mineração ela foca uma inspeção visual e análise dos planos de segurança de barragem e plano de ação emergencial. Então, toda a ação de fiscalização da Agência Nacional de Mineração é para ver, principalmente, a adequação desses planos com relação à legislação vigente.

É isso. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado, Juliano Barbosa dos Santos.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra ao diretor de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Cerb, Gilvan dos Santos Lima.

Gostaria de registrar a presença do ex-deputado estadual e superintendente desta Casa, Bira Corôa.

O Sr. GILVAN DOS SANTOS LIMA:- Boa tarde a todos.

Quero aqui, primeiro, agradecer ao convite, deputado, e parabenizar esta comissão por esse trabalho de grande valor para toda a sociedade baiana.

Eu quero dizer, deputado, e todos vocês que estão presentes aqui, em plenário, que a Cerb, hoje, ela opera 27 barragens no estado da Bahia. Desse relatório da ANA nós somos responsáveis por três barragens. Dessas três barragens, nós já temos o relatório delas e já procuramos fazer as comissões do que iríamos realizar: Afligidos, Cipó e Apertado...

Quando da visita com V. Ex.^a, eu já tinha passado para o deputado que na Cerb já estavam previstas as licitações para fazer as intervenções. E já foram feitas as licitações dessas três barragens. Já iniciamos com Afligidos e Cipó já está em curso.

Nós já temos a empresa ganhadora, e vamos investir em torno de 1 milhão e meio nessas intervenções nessas três barragens, e são alguns itens a serem contemplados. São limpeza de terreno, execução de secadeira, demolição e execução de estrutura de concreto, desassoreamento de reservatório e execução de cercas.

Então, quero deixar claro para vocês aqui que o governo do estado, pela Cerb, faz suas visitas periódicas com a nossa Comissão de Segurança da Barragem. Em nome de Graça, eu parabenizo o trabalho que todos os nossos seguranças fazem pelo estado da Bahia.

E também nossos técnicos têm acompanhamento sistemático em todas as estruturas, e chega relatório para essa direção e nós fazemos as nossas ações.

Em várias barragens, nós temos aqui investimentos de barragens do governo do estado, e eu posso citar aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) em torno de 40 milhões de investimentos do nosso governador Rui Costa. E eu posso citar aqui alguns investimentos de recurso próprio como o fusegate de Ponto Novo; Pedras Altas, nós temos obras na impermeabilização da galeria de drenagem de Pedras Altas; na Barragem Cabaceira do Rio Utinga, 397 mil; Boa Vista do Tupim, onde nós já realizamos ações em torno de R\$ 900 mil; Saracura, acabamos de terminar agora uma obra, Sr. Presidente, em torno de R\$ 900 mil.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas).

E temos, agora, a recuperação dessas três barragens, que dá em torno de R\$ 1 milhão e 500 mil.

Então, isso é a preocupação do governo do estado... nós estamos passando aqui para vocês, com pouco recurso, mas mesmo assim, a preocupação que o governo tem e a responsabilidade com a segurança de barragem.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.K. Obrigado.

Quer dizer que esses 40 milhões são referentes... para dar manutenção nessas 27 barragens, é isso?

O Sr. GILVAN DOS SANTOS: Não, deputado, nós temos investimentos, em torno de 4 anos, de 41 milhões...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Já investidos?

O Sr. GILVAN DOS SANTOS: Já investidos. Na área de segurança, nós temos aqui em torno de 7 milhões na área de segurança de barragens durante esses 4 anos do governo Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Certo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Gostaria de registrar a presença da deputada Fátima Nunes aqui, no plenário. Obrigado, deputada.

Concedo a palavra ao coordenador do Grupo de Segurança de Barragens da Codevasf, Emílio Souza Santos. Para sua saudação, 3 minutos, Emílio, com tolerância, se precisar.

O Sr. EMÍLIO SOUZA SANTOS: Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer o convite, aqui, para a Codevasf, para estar explicando, e também parabenizar pelo estudo realizado.

Eu fico feliz que o relatório justamente apontou o que a gente já tinha feito em todos os nossos relatórios, que houve um problema na classificação daquela barragem, que ela foi erroneamente classificada como alerta, acho que por um excesso de precaução, até, por parte do Inema, porque um blogueiro da região foi lá e como ele não tem muito conhecimento... ele viu umas trincas no vertedouro e, na verdade, aquilo lá eram trincas de trabalho das juntas do vertedouro. Acho que o deputado pode ir lá e observar, junto com toda nossa equipe explicando. Isso foi justificado.

Já teve outras várias intervenções que eram necessárias fazer. E a Codevasf já concluiu duas obras lá. A gente apresentou para o Inema e a Maria Quitéria pode até informar que houve um descompasso dessa questão da apresentação do relatório. A gente apresentou a nossa conclusão das obras e ela só vai ser publicada daqui a 1 ano. Então, tem esse descompasso também.

E a gente continua ainda trabalhando lá, na Barragem do Zabumbão. Infelizmente, ao contrário de outras barragens nossas, as nossas grandes barragens são vinculadas ao perímetro de irrigação, a Barragem do Zabumbão a gente não tem nenhum escritório e nenhum projeto vinculado a essa barragem. Por isso a gente está até num processo de negociação junto com o governo do estado de uma possível

parceria ou transferência dessa barragem, até, pelo estado. E, aí, também uma contrapartida nossa na questão de recurso.

Mas, mesmo assim, a gente continua trabalhando na barragem. Estamos elaborando o plano de segurança de barragem, já tem uma equipe contratada, de Curitiba, já executando. Eles já foram à barragem. Vai ter todo um trabalho de elaboração do plano. Depois, treinamento de toda a equipe, treinamento da população junto com o comitê de bacia, com a participação popular chamando para esse treinamento, que é tão importante. E, além disso, outras obras, principalmente melhoria operacional, que a gente tem muita preocupação.

A barragem, como a gente não tem nenhuma equipe operacional lá, esses pequenos problemas que aparecem eles são corriqueiros. Então, a gente precisa implementar lá uma unidade operacional, seja nossa, seja em parceria com o estado, para ter sempre ali uma equipe de vigilância e zeladores para aquela barragem estar sempre nota 10.

Gostaria de agradecer novamente. Obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado, Emílio de Souza Santos.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Vamos agora ouvir a penúltima pessoa que vai falar, depois será a promotora.

Concedo a palavra ao diretor de Operações da Cetrel, Demóstenes Carvalho, representante da Cetrel. Obrigado pela presença da Cetrel aqui, bem representada.

O Sr. DEMÓSTENES CARVALHO: Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer ao convite do deputado Arimateia para estarmos aqui hoje. Somos o único operador de barragens a estar aqui.

Gostaria de dizer que é lamentável que eventos como Mariana e Brumadinho tenham ocorrido para a gente dar a devida importância a esse tema, a questão de barragens e de acumulação de rejeitos e água que a gente tem por força da nossa sociedade, da forma como a gente se organiza para viver. Mas que de alguma forma eu acho que ações como essa, momentos como esse, mostram que isso não foi em vão. Nós estamos dando a importância devida.

E com relação à Cetrel e à DAC, empresa controlada pela Cetrel, responsável pelas Barragens RS I e RS II, na medida em que houve a ocorrência de Mariana nós buscamos analisar os nossos equipamentos. A verdade é que não tínhamos noção de que possuíamos equipamentos que se enquadrariam dessa forma, naquela época, e buscamos de alguma forma – com uma auditoria, com uma avaliação inicial – enquadrar alguns equipamentos como barragem. E assim iniciamos um processo de capacitação do nosso pessoal. Hoje, nós temos dois especialistas em barragens trabalhando na Cetrel.

Na sequência, fizemos a primeira grande inspeção, principalmente com foco na RS1 e na RS2. Depois, apresentamos o relatório ao Inema, já com algumas anomalias

identificadas por nós – anomalias que caracterizavam a condição de alerta, mas que não estavam em risco iminente de rompimento ou de acontecer qualquer outra coisa.

E a partir daí, seguindo as recomendações do Inema e também por iniciativa própria, passamos a atuar e a resolver imediatamente aquilo que era mais grave. Conseguimos fazê-lo. Na verdade, quando esse assunto veio agora, com a ocorrência de Brumadinho, no início deste ano, e voltou com a questão do relatório da ANA e das 12 barragens, a Cetrel já tinha resolvido os seus problemas mais graves constatados por essa comissão.

Então, isso faz parte da nossa forma de trabalhar e de entender que a segurança faz parte da nossa atividade e é o nosso valor número 1. E gostaria de dizer que esses equipamentos, o RS1 e o RS2, são equipamentos de segurança do polo e das comunidades que estão em torno do polo, como um elemento de segurança para fornecer água para combater incêndio. Portanto, eles não podem ser de nenhuma forma elemento de insegurança. Encaramos dessa forma.

Temos outros equipamentos que têm um menor risco porque trabalham vazios, funcionam como sistemas de pulmão, um sistema de afluentes. Estamos também trabalhando nesses equipamentos para deixá-los em condições de tranquilidade para todos, com segurança.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado, Demosthenes Carvalho, representante da Cetrel. Muito obrigado e um abraço a toda a diretoria da Cetrel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Concedo a palavra à promotora de Justiça, Dr.^a Luciana Kloury.

A Sr.^a LUCIANA KLOURY: Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento todos os deputados e todas as demais autoridades presentes na pessoa do deputado José de Arimateia. Aproveito para parabenizá-lo pelo excelente trabalho realizado e pelo interesse pela questão. A gente vê com muito bons olhos esse trabalho realizado e entende a importância desse diálogo permanente sobre as informações coletadas. É muito importante essa troca continuada de informações entre todos os órgãos públicos, a sociedade civil, os ministérios públicos, enfim.

Também cumprimento Moisés, do MAB, aqui na Mesa representando os movimentos sociais. A gente entende a grande importância de ter a participação dos movimentos sociais, em especial aqueles que já atuam há muitos anos com os impactos de barragens.

E saúdo todos os presentes na pessoa do nosso diretor-superintendente da Defesa Civil, Paulo Sérgio, que tem dado um exemplo. Acho que a gente tem de ficar muito grato ao trabalho que a Defesa Civil estadual tem feito no estado da Bahia, demonstrando muita competência, seriedade e compromisso não só nos últimos casos de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, mas também em Lajedinho e em todos os outros.

Então, todo o reforço e gratidão ao trabalho da Defesa Civil. Esse reconhecimento é importante. Em todos os trabalhos que forem feitos em relação à questão de barragens, a gente precisa ter uma parceria, ter um link com a Defesa Civil, pela expertise que eles estão tendo. É uma sugestão que a gente deixa.

Existe uma preocupação muito grande com o nosso cenário não só na Bahia, mas em todo o Brasil. Os casos de Brumadinho e Mariana trouxeram essa reviravolta. Infelizmente, às vezes, a gente só aprende quando acontece uma grande catástrofe que poderia ter sido evitada. Os empreendimentos causam impacto. E isso faz parte de todo o processo de flexibilização, de não atendimento das fiscalizações regulares, de não atendimento e verificação de possíveis impactos e riscos. Muitas vezes se desprezam os riscos, e a gente precisa entender que não é possível mais tolerar riscos. E os princípios da precaução e da prevenção precisam estar firmes aí.

O Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual criaram um grupo de trabalho – estou aqui, na verdade, falando em nome da coordenadora do Centro de Apoio de Meio Ambiente – que está fazendo essa ação de mapeamento e de diálogo com o Inema e com todos os outros órgãos.

Com certeza, a gente pretende avançar e fomentar os processos de fiscalização e de acompanhamento dos desdobramentos. Então, deputado Arimateia, a gente acha fundamental ter acesso a esse importante relatório feito pela comissão. E nos comprometemos a socializar os relatórios que estão sendo feitos pelos órgãos do Ministério Público.

É importante dar atenção aos riscos, aos alertas que a gente já tem. Mas também é preciso fazer um planejamento para essas ações. Como dito aqui pela coordenadora do Inema, a gente sabe que tem muitas barragens pequenas. Ela deixou claro aqui as responsabilidades. Primeiro, é importante dizer que todos continuam com a obrigação de fiscalização. A gente sabe que não tem pernas para tudo, por isso mesmo a necessidade de reforçar o investimento na ampliação dos nossos técnicos, dos nossos órgãos de fiscalização, com a sua valorização.

Essas barragens, como foi dito por Larissa e também por Moisés, estão abaixo do nível; muitas delas estão isentas de licenciamento ambiental. A gente reforça a importância de retornar o licenciamento ambiental para as barragens, mesmo de pequena monta, porque elas podem ter, de fato, impactos sérios na vida das pessoas. Foi o que aconteceu agora em Pedro Alexandre.

Como sou promotora regional ambiental de Paulo Afonso, queria dizer que visitamos Coronel João Sá e Pedro Alexandre. Temos, assim, uma grande preocupação com os desdobramentos, deputada Fátima e todos os demais presentes. Pedro Alexandre, como também Coronel João Sá, está numa situação de dificuldade. O nosso superintendente da Defesa Civil esteve lá, com todos os representantes, e a gente viu situações de barragens que têm riscos de possíveis rompimentos.

Existem comunidades em Pedro Alexandre que estão ilhadas, sem acesso. São mais de 500 casas de taipa que estão afetadas muito fortemente pelas chuvas...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Doutora, deixe eu interromper V. S.^a por 1 minuto.

Esse licenciamento ambiental das barragens de pequeno porte que você fala...

A Sr.^a LUCIANA KLOURY: As de pequeno porte são isentas.

O Sr. PRESIDENTE |(José de Arimateia): (...) que precisam ter, mas não têm...

A Sr.^a LUCIANA KLOURY: Precisam ter, mas não têm mais. É importante que voltem a ter. Essa licença foi liberada, assim como outras isenções de licenciamento que estão na ordem do dia.

Então, a gente chama a atenção, mais uma vez, que não é uma chatice do Ministério Público, não é uma intransigência do Ministério Público, é a necessidade de controle de todas as atividades que podem ter impactos. É preciso controlar antes, porque depois a gente já viu que a fiscalização não dá conta em tempo real, em todos os lugares do mundo. É preciso, repito, trabalhar com a prevenção.

Eu pediria esse cuidado, essa atenção em relação a Pedro Alexandre – e também a Coronel João Sá. A equipe do Ministério Público foi a campo, está fazendo um relatório agora. Em seguida, vamos convocar uma reunião para discutir esse caso específico das barragens de Pedro Alexandre, e também a Barragem do Quati, chamando todos os órgãos que tenham algum tipo de relação com a questão. Também serão chamados, óbvio, os movimentos sociais que tenham uma ligação direta com o tema, como o MAB, que está lá fazendo o cadastramento das famílias.

A gente sabe que muitas famílias são impactadas, hoje, tanto em Coronel João Sá quanto em Pedro Alexandre, e a gente precisa ter essa sensibilidade de trabalhar para a reparação efetiva de danos.

Também gostaria, para finalizar, de mostrar a importância de a gente trabalhar com a formação das equipes dos órgãos, porque não adianta visitar a barragem e não saber o que vai ver lá. Claro, é importante visitar para conhecer, mas, do ponto de vista da fiscalização e do levantamento dos problemas, é preciso ter formação.

Então é necessário que se amplie a capacidade de atuação dos diversos órgãos e que haja uma comunicação efetiva entre órgãos. Quando o DNOCS, ou a Codevasf, ou engenheiros estão fazendo determinada vistoria, é necessário que comecem a trocar informações, verificando e complementando essas ações, inclusive com os municípios, que têm dificuldades sérias para fazer essa fiscalização.

Eu coordeno no estado um projeto chamado Município Ecolegal, que busca apoiar, em toda a Bahia, os municípios para estruturarem os seus sistemas. Mas nós temos, deputado, 293 municípios licenciando-se na Bahia. E esses licenciamentos acabam impactando toda essa questão, até porque muitos municípios não têm equipe. Não é que a gente seja contra os municípios se licenciarem, mas a gente precisa que o licenciamento seja feito com critérios técnicos e com a participação social.

Por fim, eu queria dizer que a gente tem um inquérito civil em relação a essa situação de Pedro Alexandre, da Barragem do Quati e os seus impactos. A gente vai dar desdobramento a isso. Toda informação vai ser bem-vinda. E a gente vai desdobrar cada informação que chegar para que colegas procuradores e promotores acompanhem.

Para finalizar, destaco a importância de a gente ter as defesas civis municipais apoiadas. Também é fundamental a ampliação do quadro da Defesa Civil estadual,

assim como o mapeamento das barragens, o compartilhamento das informações e o plano de segurança colocado aqui pelo MAB. É indispensável que a gente tenha uma política que garanta, efetivamente, propostas de segurança para os atingidos. Há, sim, a possibilidade concreta de novos atingidos; isso está-se tornando uma realidade no Brasil. A gente precisa trabalhar com mais cuidado essas pessoas que acabam sendo vitimadas; também é preciso colocar os comitês de bacia nessa discussão.

Agradeço muito essa oportunidade. Colocamos o Ministério Público a sua disposição, deputado, como também de todos os órgãos e da sociedade civil.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Obrigado, Dr.^a Luciana Kloury, do Ministério Público da Bahia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Bem, queria dar oportunidade, agora, ao presidente da Câmara de Paramirim, vereador George Luiz. Ele entregou um importante relatório a minha pessoa, como presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e eu vou abrir para que ele possa acrescentar, dentro dos 3 minutos.

O vereador fala muito também, não é? Pode falar, vereador.

O Sr. GEORGE LUIZ: Primeiro, uma boa tarde a todos.

Queria, na pessoa da Dr.^a Luciana KLOURY, cumprimentar as mulheres. Ela trabalhou em nossa cidade como promotora, quando fez um excelente trabalho; hoje, galgou missões maiores. Também gostaria de cumprimentar, na pessoa do nosso deputado José de Arimateia, as demais pessoas que fazem parte deste plenário.

Estou aqui com o meu colega vereador Orlando Flor e Silva e com o diretor do Elo Social do Brasil, Everardo Caires, da cidade de Paramirim. É uma satisfação estar aqui nesta plenária participando de uma sessão importantíssima, porque hoje nós temos que pensar no amanhã. E suas palavras aqui, deputado, usando a Bíblia, são de muita importância para nós, porque temos, primeiro, de crer no Senhor, que é, com certeza, quem salva o mundo.

Como disse a Dr.^a Luciana Kloury, temos de nos preocupar com o meio ambiente. Eu quero só salientar que no dia 19 de novembro saiu uma reportagem na *Folha de S. Paulo* mostrando que dez barragens da Bahia estão em risco, inclusive a Barragem do Zabumbão, que fica no município onde resido.

Como vereador e, portanto, como um dos representantes daquele município, depois de ler essa matéria e depois de ver as catástrofes que aconteceram em Brumadinho e em Mariana – como o presidente da Assembleia, Nelson Leal, salientou muito bem –, fiquei preocupado.

Pois bem, fiquei preocupado quando li esse relatório na *Folha de S. Paulo* e imediatamente, no dia 21 de novembro, uma quarta-feira – lá, a sessão é na quarta-feira –, fiz um requerimento ao presidente da Câmara – hoje, sou o presidente, mas naquela oportunidade era vereador – alertando a Agência Nacional de Águas (ANA), todos os

órgãos do governo do estado e o Comitê de Bacias do Paramirim e Santo Onofre para que providências fossem tomadas, no sentido de ver o que estava acontecendo na Barragem do Zabumbão.

Por felicidade, a Assembleia, com essa comissão importante, nos comunicou, através de ofício e telefonema, que ia fazer uma visita à Barragem do Zabumbão. Recebemos na Câmara, como foi mencionado pelo José de Arimateia, deputado que hoje eu admiro bastante... sabemos como a política, hoje, é desprezada pela sociedade, e isso acontece por causa dos nossos políticos. Na verdade, em todos os setores há aqueles que fazem um mau trabalho, e isso se reflete em toda a sociedade. Mas tenho a minha consciência tranquila, porque eu faço o meu trabalho, como V. Ex.^a vem fazendo.

Convidamos a comissão para estar aqui hoje, mas nem todos puderam vir porque alguns pegaram uma virose. A vereadora Cleuziomar Lima dos Santos, que talvez não tenha sido citada no relatório, também esteve presente.

Sei que estou extrapolando o tempo, mas eu peço aos deputados que sensibilizem o governo do estado a fazer mais barragens. Acho que já tem projetos para barragens abaixo do Rio do Pires, a promotora sabe disso, já que o Rio da Caixa é muito forte. Gostaríamos que Paramirim tivesse condições de abastecer todas as cidades, mas, se for feita essa adutora, não vai ter condições. V. Ex.^a mesmo presenciou que não tem condições de levar essa água. Pode levar através de outras formas, como carros-pipas, mas o volume está baixo. Então eu peço a sensibilidade do governador para fazer mais barragens para resolver o problema.

Quero agradecer mais uma vez pela oportunidade. Estamos lá à disposição. Hoje, trouxemos o relatório que a comissão pôde fazer.

Até a próxima, se Deus permitir. Desculpe por eu ter extrapolado.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): O.k., vereador George Luiz Magalhães, da cidade de Paramirim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia): Bem, vamos finalizando.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados e aos componentes da Mesa que esse relatório já está disponível para vocês. Se tiverem interesse, basta colocarem o e-mail para que a gente possa encaminhar.

Agradeço à imprensa falada, escrita e televisada que esteve aqui nesta manhã para cobrir esta sessão; agradeço à *TV Alba*, que cobriu esta sessão e também nos acompanhou em alguns momentos; agradeço às taquigrafas e a todas as autoridades presentes.

Gostaria de que todos ficassem de pé para que a gente possa, para finalizar, ouvir o Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, da imprensa falada, escrita e televisada. Declaro encerrada a presente sessão especial.

Que Deus abençoe a todos vocês. Muito obrigado.

Lembro que vamos ter um *coffee break* aqui ao lado.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.